

PRAGMATISMO, PLURALISMO E JOGOS DE LINGUAGEM EM WITTGENSTEIN

No princípio da década trinta, Wittgenstein incutiu uma notória inflexão na sua maneira de pensar, iniciando a fase do chamado «Wittgenstein II». É sobretudo desta segunda fase do seu pensamento que aqui nos ocuparemos, a qual, na sequência de alguns escritos que já a incluem, assume a sua expressão mais acabada nas Investigações Filosóficas.

No «Prólogo» a esta obra, redigido em 1945, o filósofo sublinhava que ela só poderia ser verdadeiramente compreendida por contraste com as teses de fundo expostas no Tractatus Logico-Philosophicus, publicado pela primeira vez em 1921 (edição alemã). Procuraremos acentuar esse contraste, no que respeita aos tópicos sobre que incidiremos.

O nosso objectivo principal consiste em evidenciar o pragmatismo e pluralismo inscritos na teoria dos «jogos de linguagem». Explicitaremos também as implicações ontológicas dessa teoria. Secundariamente, e para finalizar, será delimitado o «conceito» de Filosofia que com ela se relaciona.

I

O «TRACTATUS» E A DOGMATICA DA LINGUAGEM

Comecemos por apontar *quatro dogmas* que tradicionalmente estiveram aliados à concepção da linguagem:

1. Ela foi em geral entendida como um todo homogéneo, regulado por uma forma exclusiva de Lógica, independente de quaisquer factores pragmáticos (pelo menos *quid juris*).

2. Admitia-se que às palavras, quando legalmente articuladas, correspondiam significados fixos ou conceitos unívocos. Estes exprimiriam sem mácula tanto a essência das coisas como as suas características acidentais.

3. Haveria pois, de princípio, uma isomorfia entre as estruturas da linguagem e as estruturas do mundo, entendendo-se umas e outras de um modo realista e absolutista.

4. Nos casos em que o realismo puro foi abandonado, fez-se corresponder à linguagem, nomeadamente à linguagem científica, uma forma exclusiva de *transcendentalismo*. Sob a ideia de que a linguagem correcta só podia ser travejada por uma forma de Lógica insubstituível, e sob o pressuposto de que essa Lógica era absolutamente *a priori*, deduziu-se de uma concepção limitada da linguagem o *modo de ser* pretensamente rígido e uniforme (ainda que fenoménico) de toda a realidade.

Com base em alguns destes dogmas apresentaram-se listas das *categorias* fundamentais do Ser, delimitou-se uma rígida fronteira entre enunciados analíticos e sintéticos, defendeu-se, sobretudo, a legitimidade de formar sobre diversos domínios teorias com pretensão a uma validade universal. Os efeitos mais notórios da adopção dos quatro dogmas — ainda que nem sempre todos articulados, ou da mesma maneira —, foram enfim o absolutismo,

a queda em várias formas de monismo ontológico, a delimitação entre o domínio do conhecimento possível e o domínio do conhecimento impossível, a demarcação entre a esfera do sentido e a esfera do não-sentido⁽¹⁾. Estabeleceu-se uma contínua linha divisória entre o «normal» e o «patológico». As pragmáticas reais dos homens, na sua multiplicidade e diversidade, eram tolhidas ou cerceadas pela invocação de «códigos» uniformes, supostamente «legais». E daí que o pluralismo, sendo embora uma matéria *de facto*, não era nem podia ser uma *questão de direito*.

Uma vez traçada esta «pequena história», obviamente generalista e lacunar, constata-se que o autor do *Tractatus Logico-Philosophicus* caiu a seu modo nas malhas dos dogmas apontados. Não podia pois excluir-se da maioria dos seus efeitos. Na verdade, e no que aos dogmas se refere:

1. No *Tractatus* postula-se uma única forma de *linguagem ideal perfeita* — uma linguagem sintáctico-semântica arredada de qualquer volubilidade pragmática⁽²⁾.

2. Os significados das palavras dessa linguagem seriam fixos e bem delimitados, por aí se distinguindo ela da linguagem vulgar — a esta, por ser imprecisa, atribuía-se o dom de «mascarar» o pensamento⁽³⁾.

3. Sendo aquela linguagem de exclusivo escopo cognitivo, e a única pretensamente válida para esse fim, Wittgenstein toma a sua estrutura por isomorfa à estrutura do próprio mundo.

4. Este «mundo», no entanto, é um mundo muito peculiar, um mundo inteiramente consonante com a forma de *transcendentalismo* inscrito em tal linguagem — nomeadamente por incorporação do *apriorismo* da lógica-matemática de Frege-Russell (embora adoptada com algumas restrições). De um ponto de vista crítico,

(1) Os vectores teóricos referidos, assim como os dogmas apontados, podem considerar-se distribuídos, todavia em proporção desigual, pelas filosofias de Aristóteles e Kant (para só referir algumas que desempenharam um papel mais relevante na história do pensamento).

(2) *Tractatus Logico-Philosophicus*, 3.325. Para este livro, assim como para as *Investigações Filosóficas*, servir-nos-emos da edição portuguesa que a ambos reúne: *Tratado lógico-filosófico / Investigações filosóficas*, trad. M. S. Lourenço, Fundação Calouste Gulbenkian, Lx, 1987. A primeira obra, doravante, será designada pela sigla *TLF*, e a segunda pela sigla *IF*.

(3) *TLF*, 4.002; tb. 3.323 e 3.324.

diremos então que foi da estrutura de uma forma particular de linguagem que o Wittgenstein do *Tractatus* deduziu a estrutura do mundo — embora de um mundo «fenoménico» (4). A jeito mais ou menos kantiano, teria suposto que são análogas as condições *a priori* a que uma linguagem deve obedecer para ter sentido, e as condições *a priori* que o mundo deve satisfazer para poder ser representado por essa linguagem (5). Associa-se à linguagem, por conseguinte, uma exclusiva forma de transcendentalismo.

Surgem assim, em função destes pressupostos, o absolutismo e o monismo ontológicos. O «mundo» acima referido, desde logo, é efectivamente um mundo muito peculiar: — é um mundo composto por *factos* e não por *objectos* (6). Estes, os *objectos*, constituem os elementos «simples» da realidade — e a sua substância estável (7) —, mas não são eles que «aparecem» no mundo que é o nosso próprio mundo (e cujos limites coincidem com os limites da nossa linguagem perfeita) (8). A função deles é combinarem-se entre si em acordo com as suas propriedades internas, sendo dessas combinatórias que resultam os tais *factos* que ocorrem no mundo (*factos* ou «estados de coisas») (9). O único papel que a linguagem pode desempenhar é *descrever* os referidos *factos* numa imagem perfeitamente especular, mas não pode *descrever* os *objectos* ou dizer o *que* eles são (10). Justamente por serem *simples* e *indecomponíveis*, os nomes da linguagem apenas os podem *nomear*, sendo esses nomes, por seu turno, eles mesmos sinais primitivos e *indefiníveis* (11). Há portanto uma isomorfia estatutária e funcional entre *objectos* e *nomes*, como existe similar isomorfia entre *factos* e *proposições*

(4) Ver, a este respeito, Aldo G. Gargani, *Wittgenstein* (1973), trad. do italiano por Carmen Carvalho, Edições 70, Lx, 1988, pp. 34-35; M. S. Lourenço, *Espontaneidade da razão — A analítica conceptual da refutação do empirismo na filosofia de Wittgenstein*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lx, 1986, p. 21.

(5) Ver Jacques Bouveresse, *Wittgenstein: La rime et la raison*, Minuit, Paris, 1973, pp. 52 e 66.

(6) TLF, 1.1.

(7) TLF, 2.02; 2.021; 2.0271.

(8) TLF, 5.6: sobre a coincidência entre os limites da linguagem e «os limites do meu mundo».

(9) TLF, 2.0272; 2.032; 2.0122; 2.013; 2.014.

(10) TLF, 3.221; 3.261; 2.0121; 2.1; 2.11; 2.12; 3.144.

(11) TLF, 3.221; 3.203; 2.02; 2.021; 3.26. Sobre esta teoria e seus pressupostos, ver tb. *IF*, parágr. 46.

(simples ou complexos). Uma proposição, em suma, se dotada de *sentido*, «representará» uma *possibilidade* de vários objectos se organizarem fenomenicamente num «estado de coisas». Se for *verdadeira*, «espelhará» a própria configuração de um «estado de coisas» *actualizado* (12). A articulação orgânica dos nomes nas proposições, corresponde pois a articulação orgânica dos objectos em estados de coisas (13). Generalizando: as virtualidades duma linguagem proposicional bem construída serão isomorfas às virtualidades do mundo, e os limites «aléticos» dessa mesma linguagem coincidirão com os limites do próprio «mundo» (do «mundo» do sujeito que a tenha produzido, assimilado ou compreendido).

Se estes vectores teóricos se enredam no absolutismo e no monismo ontológicos, é, em suma, pelos seguintes motivos:

1. O que neles se exprime é *uma* «imagem arbitrária» do mundo, que todavia se toma por única e exclusiva. Se não se afirma, por exemplo, que o mundo é composto por objectos e não por «factos» — ou por ambos simultaneamente —, é porque se adopta e postula uma *forma de linguagem*, ela mesma única e exclusiva (idealmente), que obedece ao molde do chamado «atomismo lógico».

2. Não se admite — mas sem qualquer fundamento para tal —, que há ou pode haver outras formas de linguagem, inclusive de escopo científico, cuja função não é a de *descrever* estados de coisas. Ao monismo e absolutismo da forma de linguagem adoptada, faz-se então corresponder análogo monismo e absolutismo ontológicos. E isto porque se *postula* — sublinhe-se —, que à estrutura de *uma* linguagem particularíssima corresponde a estrutura ou a «essência» do Mundo. Ocorre todavia uma falácia nesta espécie de «dedução transcendental». Infere-se o *universal* de um determinado *particular*.

Esta falácia, que constitui a génese real do absolutismo e do monismo, evidencia-se perfeitamente na teoria do *Tractatus* segundo a qual existe uma «forma geral da proposição». Dela participarão todas as proposições efectivas, e portanto também a linguagem ideal perfeita. Essa forma exprimir-se-á no seguinte esquema:

(12) Sobre esta acepção do *sentido* e da *verdade*, cf. *TLF*, 4.2; 2.221; 2.222; 2.223.

(13) *TLF*, 3.21.

«as coisas passam-se assim e assim» (14). Este esquema constitui «a essência» de qualquer proposição, e indicar tal essência — adianta Wittgenstein —, é o mesmo que indicar «a essência de toda a descrição». É também o mesmo que indicar «a essência do Mundo» (15). Deduz-se pois a essência do mundo de um modelo restrito de proposição e de linguagem (pois que nem todas as proposições, realmente, são proposições *descriptivas*). Deduz-se falaciosamente a essência do mundo, por concomitância, de uma forma particularíssima de Lógica. Dela se diz ser «o grande espelho» do mundo que tudo abrange (16). Pois bem. O problema, para além da falácia referida, é que existem de facto outras formas de Lógica, e, logo, outras formas de linguagem. Concluiremos então, de um ponto de vista fenoménico-transcendental, que existem outras «essências» de «mundos». Ou melhor: existem outros «modelos fenoménicos» do Mundo.

Mas o autor do *Tractatus*, já o sabemos, não pensava assim. E daí mais alguns efeitos do seu dogmatismo quanto à linguagem, estreitamente aliados ao absolutismo e ao monismo. Limitamo-nos a apontar os seguintes:

- a) a delimitação *a priori* numa rígida linha divisória entre o domínio do conhecimento possível e o domínio do conhecimento impossível;
- b) o traçado *a priori* numa inflexível linha de separação entre a linguagem dotada de sentido e a linguagem desprovida de sentido.

Se no primeiro caso temos o dogma chamado «cientismo», no segundo temos o dogma «empirista» e «descriptivista». Mas ambos se entrelaçam e implicam uma curiosa consequência. Como a linguagem com sentido é forçosamente, segundo o *Tractatus*, uma linguagem empírica ou para-empírica, e como, simultaneamente, é essa a única linguagem do conhecimento possível, segue-se que tudo o que se furte ao domínio deste (que coincide com o domínio

(14) TLF, 4.5.

(15) TLF, 5.471.

(16) TLF, 5.511.

de sentido daquela) pertencerá à *esfera do inexprimível*. Perante esta esfera — onde se situarão o próprio mundo na sua totalidade «numérica», o sujeito filosófico, Deus, as questões éticas e estéticas —, só uma experiência mística poderá ter cabimento. Ou então, mais radicalmente, o rotundo silêncio⁽¹⁷⁾. Apenas em tal esfera, porventura, haveria lugar para o pragmatismo e para o pluralismo. Mas não de uma forma comunicacionalmente possível ou inter-subjectiva. E isto porque a linguagem ideal perfeita preconizada no *Tractatus*, exclui a «língua» que a essa esfera se poderia eventualmente distender (ainda que de um modo não estritamente cognitivo). Porque «o primeiro» Wittgenstein recusa o facto da pluralidade das linguagens (pelo menos *quid juris*). Numa palavra: porque exclui qualquer tipo de concepção para além do mundo fenoménico, restrito e homogéneo.

Não é descabido, em face de todo este panorama, considerar o *Tractatus* como «uma obra de metafísica dogmática na mais pura tradição»⁽¹⁸⁾. Por muito que, não sem alguma ironia, nessa obra se atribua à Filosofia a exclusiva actividade de crítica da linguagem⁽¹⁹⁾. É que, a partir de pressupostos dogmáticos, qualquer crítica que se exerça cairá forçosamente no dogmatismo. Pode declarar-se, por exemplo, que a maioria das proposições filosóficas tradicionais são desprovidas de sentido (nem sequer falsas, mas desprovidas de sentido)⁽²⁰⁾. Só que, por ironia das circunstâncias, desprovidos de sentido podem também ser considerados — pelo menos em alguns casos —, os lances críticos efectuados em função dum modelo dogmático de linguagem. A ironia, em semelhante hipótese, atinge as raízes do «humor negro»...

II

JOGOS DE LINGUAGEM

Acontece que o autor do *Tractatus*, de certa maneira, deixou de ser o signatário do *Tractatus*. Wittgenstein veio a admitir

(17) TLF, 6.44; 6.45; 6.432; 6.421; 6.41; 5.632; 5.641; 5.52; 6.522; 7.

(18) Jacques Bouveresse, *Wittgenstein: La rime et la raison*, op. cit., p. 52.

(19) TLF, 4.0031; tb. 4.112, 4.114 e 4.115.

(20) TLF, 4.003.

expressamente que nesse livro havia incorrido em gravíssimos erros ⁽²¹⁾. Inicia-se então, por volta de 1930, a nova fase do seu pensamento.

As *Observações Filosóficas* (1930), assim como a *Gramática Filosófica* (1932-34), já incluem alguns aspectos dessa nova fase ⁽²²⁾. Torna-se bastante visível no *Livro Azul* (1933-1934) e no *Livro Castanho* (1934-1935) ⁽²³⁾, mas assume a sua forma mais acabada nas *Investigações Filosóficas* (I Parte: 1945; II Parte: 1947-1949) ⁽²⁴⁾.

Principais aspectos do novo pensamento, habitualmente referenciado a «Wittgenstein II»:

- a) a linguagem passa a ser concebida como um conjunto heterogêneo, sem fronteiras definíveis *a priori*, com distintos domínios regidos por regras impermutáveis;
- b) recusa-se que haja uma forma geral da proposição, constatando-se a existência de enunciados com estatutos e funções não unificáveis: enunciados descritivos, performativos, prescritivos, conjecturais, etc.;
- c) critica-se e recusa-se a ideia de que existe uma Lógica única, absolutamente rigorosa, espelho da arquitectónica duma realidade monística;

⁽²¹⁾ Cf. *IF*, «Prólogo».

⁽²²⁾ *Philosophische Bemerkungen* (Ed. R. Rhees), Blackwell, Oxford, 1964; *Philosophische Grammatik* (Ed. R. Rhees), Blackwell, Oxford, 1969. Apesar das datas de edição, estas obras foram escritas por Wittgenstein, aproximadamente, nos anos indicados no texto.

⁽²³⁾ *The Blue and Brown Books* (1933-35), Ed. R. Rhees, Blackwell, Oxford, 1958. O *Livro azul* reúne apontamentos ditados por Wittgenstein aos seus alunos. O texto do *Livro castanho*, por seu turno, foi ditado a Francis Skinner e Alice Ambrose.

⁽²⁴⁾ *Philosophische Untersuchungen (Philosophical Investigations)* — Ed. G. E. M. Anscombe e R. Rhees —, ed. bilingue, trad. de G. E. M. Anscombe, Blackwell, Oxford, 1953. Refira-se entretanto que alguns aspectos marcantes do novo pensamento se manifestam também em obras posteriores: nomeadamente em *Zettel* (1945-1948) — Ed. G. E. M. Anscombe e G. H. von Wright —, ed. bilingue alemão-ínglês, trad. G. E. M. Anscombe, Blackwell, Oxford, 1967; e em *Über Gewissheit (On Certainty)* — Ed. G. E. M. Anscombe e G. H. von Wright —, ed. bilingue, trad. D. Paul e G. E. M. Anscombe, Blackwell, Oxford, 1969. Esta última obra foi escrita entre 1950 e 1951, nos últimos meses de vida do filósofo.

- d) recusa-se que às palavras estejam afixados significados unívocos ou essencialistas, passando a admitir-se que, na maioria dos casos, o sentido duma palavra é o seu *uso real* neste ou naquele agenciamento linguístico.

São portanto as teses mais centrais do *Tractatus* que, de uma forma radical, são abandonadas.

Na base da nova maneira de pensar, como Wittgenstein expressamente reconhece, estão as críticas efectuadas àquele livro por P. Frank Ramsey e Piero Sraffa ⁽²⁵⁾. Mas estará também, e talvez sobretudo, a assimilação, através de Ramsey, de alguns aspectos teóricos do *pragmatismo* americano ⁽²⁶⁾. Peirce, com efeito, tinha já acentuado a volubilidade dos símbolos em função dos seus múltiplos usos, do mesmo passo que identificara o significado dos conceitos com as suas consequências práticas ⁽²⁷⁾. G. Herbert Mead e John Dewey, por seu lado, tinham vincado a inserção comunitária da linguagem, e a sua íntima associação a contextos pragmáticos (a situações humanas e objectivos a realizar) ⁽²⁸⁾. Isto para não falar em Clarence Irving Lewis, o qual, em 1923, anotara o carácter não absolutista da Lógica russelliana, afirmando a existência de vários tipos de Lógicas (regidas por diferentes escopos pragmáticos, e constituindo diversas formas de *a priori*: modos de organizar os dados da experiência) ⁽²⁹⁾.

Seja qual for a influência real que estas perspectivas tenham exercido sobre Wittgenstein (directa ou indirectamente), o certo é que elas se vão inscrever, de forma mais ou menos explícita, na sua teoria dos «jogos de linguagem». Incidamos pois, com o detalhe possível, sobre a referida teoria.

⁽²⁵⁾ Cf. *IF*, «Prólogo».

⁽²⁶⁾ Sobre esta temática, ver H. S. Thayer, *Meaning and Action — A Critical History of Pragmatism* (1968), Hackett Publishing Company, Indianapolis, Cambridge, 1981, pp. 304-313.

⁽²⁷⁾ Peirce, *Collected Papers...*, 2.302; 5.27.

⁽²⁸⁾ H. S. Thayer, *op. cit.*, p. 313, acentua particularmente a proximidade entre certas posições teóricas de Wittgenstein e as destes autores. Sobre Dewey e Mead pode consultar-se com proveito a referida obra de Thayer, pp. 165 ss. e pp. 232 ss., respectivamente.

⁽²⁹⁾ C. I. Lewis, «The Pragmatic Conception of the *a Priori*» (*The Journal of Philosophy*, 20, 1923); in *Readings in Philosophical Analysis* (Ed. H. Feigl e W. Sellars), Appleton-Century-Crofts, Inc., New York, 1949, pp. 286-294.

«Jogos de linguagem» é aquilo em que se desmembra e multiplica a linguagem em geral. Com isso, entretanto, é a própria linguagem que se divide em diferentes quadrículas de pragmatismo. Cada jogo de linguagem, com efeito, é «parte de uma actividade ou de uma forma de vida»⁽³⁰⁾. Mas é também, ele mesmo, uma actividade e uma forma de viver. Não será inteligível, portanto, sem íntima coligação a um contexto individual ou institucional de objectivos a realizar.

Além disso, há dois factores que delimitam qualquer jogo de linguagem:

1. Cada jogo de linguagem é dotado de regras peculiares, de uma «gramática lógica» própria, de tipos de enunciados dominantes em função do objectivo genérico em vista. Todos estes factores serão de índole diversa — como facilmente se compreende — num jogo de linguagem narrativo, prescritivo, poético, científico, etc.

2. Em cada jogo de linguagem o que conta não são os presumíveis significados fixos das palavras que nele intervêm, mas os singulares *usos conceptuais* que delas são feitos⁽³¹⁾. Daí a máxima agora geralmente adoptada: «o sentido de uma palavra é o seu uso na linguagem»⁽³²⁾.

Assim sendo, como questão de facto e de direito, não há que indagar o significado absolutista das palavras⁽³³⁾, nem presumir que existe uma esquemática de regras lógicas e gramaticais uniformes. Se isso se fizer, como muitas vezes sucede em Filosofia, cai-se precisamente no absolutismo e em confusões de toda a espécie⁽³⁴⁾. Não se considera a linguagem do ponto de vista dos seus múltiplos «funcionamentos». Olha-se para ela «em ponto morto», de uma forma totalitária, e portanto não se respeita a

⁽³⁰⁾ *IF*, parágr. 23.

⁽³¹⁾ Significativo disso é o que se diz em *IF*, parágr. 432: «Todo o símbolo, isolado, parece morto. O que é que lhe dá vida? — Só o uso lhe dá vida. Tem, então, em si o sopro da vida? Ou é o uso que é o sopro da vida?».

⁽³²⁾ *IF*, parágr. 43. Cf. tb. parágr. 11.

⁽³³⁾ Em *IF*, parágr. 79, Wittgenstein constata, inclusive, a flutuação das próprias definições científicas.

⁽³⁴⁾ Tal constatação já aparece no *Caderno azul*, onde, de resto, aparece também um esboço da teoria dos «jogos de linguagem». Cf. *Los cuadernos azul y marrón*, trad. Francisco Gracia Guillen, Editorial Tecnos, S. A., Madrid, 1976, pp. 44 ss.

especificidade pragmática de cada jogo de linguagem ⁽³⁵⁾. Pelo contrário, se para ela olharmos na sua actividade e como uma actividade, aquilo que vemos são as palavras a escandirem-se em usos *conceptuais* distintos, precisamente em conformidade com os diversos jogos de linguagem e com a sua pragmática própria.

Dito isto, constata-se que a noção de «jogo de linguagem» não é usada por Wittgenstein para subsumir modelos rigorosamente idênticos. Recobre, em geral, três casos prototípicos:

- a) certas formas «primitivas» de linguagem — como a das crianças —, ou certas actividades em que se pode envolver um número muito reduzido de palavras;
- b) a linguagem quotidiana cindida nas variadíssimas tarefas em que é implicada;
- c) sistemas linguísticos particulares que fazem parte de actividades nas quais as palavras se tomam em sentidos singularíssimos ⁽³⁶⁾.

Para além de recobrir diferentes casos prototípicos, acresce que a noção de jogo de linguagem, *quid juris*, não é ela mesma uma noção unívoca. Fundamentalmente por duas razões:

- a) porque, como acabou de se acentuar, ela recobre actividades e agenciamentos linguísticos incomensuráveis;
- b) porque, não menos decisivamente, ela decorre da constatação que não há uma forma geral ou comum a todos os enunciados.

⁽³⁵⁾ Cf. *IF*, parágrs. 132 e 432.

⁽³⁶⁾ Cf. Jean-François Malherbe, «La problématique des collisions entre jeux de langage», in *Langage ordinaire et philosophie chez le 'second' Wittgenstein* (Ed. J.-F. Malherbe), Cabay, Louvain-la-Neuve, 1981, pp. 11-20 (p. 13); cf. tb. Johanna Liu, «Jeux de langage et formes de vie», in *op. cit.*, pp. 21-29 (p. 22). A diferenciação dos três casos prototípicos recobertos pela noção wittgensteineana de «jogo de linguagem», teria sido efectuada por E. K. Specht, *The Foundations of Wittgenstein's Late Philosophy*, Manchester U.P., 1963 (*apud* Johanna Liu, *id.*, p. 22).

A linguagem, em suma, carece efectivamente daquela «unidade formal» que lhe era atribuída no *Tractatus* (37). É comparada, agora, à configuração instável duma cidade constituída por ruelas e encruzilhadas, zonas antigas e modernas, centros e periferias: — um todo de facto não homogéneo (38). Entre os diversos jogos de linguagem, por analogia, apenas existem certas «parecenças de família», e não algo de absolutamente comum (39). Sucede o mesmo, exactamente, que sucede com os jogos de bola, de cartas, de andar à roda, de xadrez, etc. (40). Sendo todos eles dotados de regras próprias ou de uma «gramática» específica, têm de facto algumas similitudes mas não uma unidade absoluta. Além de que, em cada um desses jogos, os instrumentos que permitem jogar se definem pela sua função específica e não pela sua eventual natureza. Exactamente como sucede com as palavras nos jogos de linguagem. A noção em apreço, assim, teria mesmo sido extrapolada do facto pluralista dos jogos não propriamente linguísticos (41).

A teoria segundo a qual os múltiplos jogos de linguagem nada têm em comum, alia-se, entretanto, a um outro aspecto teórico decisivo: — eles não são travejados pela «pureza cristalina» duma Lógica exclusiva. Wittgenstein faz uma crítica impiedosa ao tipo de Lógica que adoptara no *Tractatus*, dizendo agora que ela de modo algum constitui um ideal de rigor e de exactidão — até por-

(37) *IF*, parágr. 108.

(38) *IF*, parágr. 18. Quanto à instabilidade do «todo» da linguagem, veja-se *id.*, parágr. 23: «E esta multiplicidade não é nada de fixo, dado uma vez por todas; mas antes novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, surgem e outros envelhecem e são esquecidos.». Por outro lado, qualquer mudança no quadro dos jogos de linguagem, acarreta mudança nos conceitos e na significação das palavras. «Se os jogos de linguagem mudam, mudam os conceitos e, com os conceitos, as significações das palavras.» (*De la certitude*, trad. do alemão por Jacques Fauve, Gallimard, Coll. Idées, Paris, 1976, parágr. 65).

(39) *IF*, parágrs. 65 e 67.

(40) *IF*, parágr. 66.

(41) É esse o testemunho de Norman Malcolm, em *Ludwig Wittgenstein — A Memoir*, Oxford U.P., London, 1958, p. 50 (*apud* H. S. Thayer, *Meaning and Action*, *op. cit.*, p. 313, rodapé).

que é vago o conceito de «exactidão» (42). Portanto: tem de se «rodar o eixo» em torno do qual se processara a investigação de outrora, reconhecendo-se que não há nem uma forma geral da proposição, nem uma unidade da linguagem, nem, concomitantemente, a exclusiva função *descritiva* (43). O único *ponto fixo* — acrescentará então —, «é a necessidade real dos homens» (44). O que implica: consoante as suas necessidades vitais, assim os homens constroem ou jogam os seus jogos de linguagem — com a sua lógica própria e as suas regras específicas. Em suma: se não existe um conceito uniforme de jogo (45), é também porque não existe um conceito uniforme de Lógica ou de «Gramática Lógica» (46).

Dito isto, apontar-se-ão duas consequências teóricas relevantes, que decorrem da não uniformidade da Lógica e da noção de jogo de linguagem:

1. Se no *Tractatus*, em virtude da adopção duma Lógica particular (e exclusivista), se dizia haver uma essência da linguagem correlativa da essência do mundo, implica-se agora que não existe nem a essência da linguagem nem algo a que passamos chamar a essência do mundo. O que há é jogos de linguagem irreduzíveis uns aos outros, bem como, a eles correlacionados, irreduzíveis mundos fenoménicos.

2. A esta luz, a linguagem ideal proposta no *Tractatus* deve ser encarada como um jogo de linguagem entre outros (de escopo científico-*descritivo*) (47), e o «mundo» aí delimitado como *um*

(42) Cf. *IF*, parágrs. 88, 89, 99 ss. No parágr. 81 Wittgenstein relativiza expressamente o «ideal» da Lógica ou de qualquer «linguagem ideal». Quanto à «exactidão», no parágr. 88, antes de afirmar que «o ideal da exactidão não é unívoco», fornece dois exemplos significativos: «Sou inexacto se especificar a distância da Terra ao Sol com um metro a menos ou se der a um carpinteiro a largura de uma mesa com 0,001 mm a menos?». É em função de determinado fim — sublinha então —, que algo será considerado «exacto» ou «inexacto».

(43) Cf. *IF*, parágrs. 108, 23, 114 e 134.

(44) *IF*, parágr. 108.

(45) *IF*, parágr. 68.

(46) Note-se que a expressão «Gramática Lógica» era usada em *TLF*, 3.325, para delimitar as regras a que deveria obedecer a «linguagem ideal perfeita» (por contraste com a linguagem quotidiana).

(47) É essa também a interpretação de J.-P. Malherbe, «La problématique des collisions...», in *op. cit.*, pp. 12-13.

mundo entre muitos outros perspectiváveis. O que a teoria dos jogos de linguagem nos faz entrever, em suma, é um universo radicalmente *pluralista* e *pragmatista*.

Mas a este tópico propriamente ontológico em breve regressaremos. É instrutivo, de momento, indicar alguns exemplos de jogos de linguagem fornecidos pelo próprio Wittgenstein:

«Dar ordens e agir de acordo com elas.

Descrever um objecto a partir do seu aspecto ou das suas medidas.

Construir um objecto a partir de uma descrição (desenho).

Relatar um acontecimento.

Fazer conjecturas sobre um acontecimento.

Formar e examinar uma hipótese.

Representação dos resultados de uma experiência através de tabelas e diagramas.

Inventar uma história; lê-la.

Representação teatral.

Cantar numa roda.

Resolver adivinhas.

Fazer uma piada; contá-la.

Resolver um problema de aritmética aplicada.

Traduzir de uma língua para outra.

Pedir, agradecer, praguejar, cumprimentar, rezar» (48).

Com estes exemplos evidencia-se bem que a linguagem, contra o que se defendia no *Tractatus*, não é de facto um todo homogéneo com funcionalidade uniforme. Evidencia-se que a cada jogo de linguagem está de facto associada uma particular actividade ou forma de vida (uma forma de vida científica, lúdica, religiosa, etc.). Evidencia-se que alguns jogos são eles próprios uma forma peculiar de actividade: consistem em *performativos*, nos quais, como acentuava Austin, *dizer algo é fazer algo* (casos de agradecer, praguejar, etc.) (49). Evidencia-se que nem todos os jogos se referem

(48) *IF*, parágr. 23.

(49) Cf. John L. Austin, *How to do Things with Words — The William James Lectures delivered at Harvard University in 1955* (Ed. J. O. Urmson), At the Clarendon Press, Oxford, 3.^a ed., 1965, p. 12.

a objectos empíricos ou se subordinam à lógica do «sentido factual». Evidencia-se que não existe, entre os vários jogos, nem monismo asserível nem *uma* teleologia equacionável. Evidencia-se, finalmente, que as regras dos diversos jogos de linguagem, constituindo-os na sua singularidade, são de facto impermutáveis.

Não será descabido, apesar da evidência, esclarecer um pouco este último ponto. É óbvio que não se pode «pedir» eficazmente sem obedecer a determinadas regras, e o mesmo vale para «fazer uma piada», para «descrever um objecto», para «fazer uma conjectura», uma «representação teatral», etc. Mesmo «mentir», segundo Wittgenstein, é um jogo de linguagem⁽⁵⁰⁾, não se conseguindo mentir sem recorrer a regras particularíssimas (nomeadamente pragmáticas). Mas imagine-se que para se fazer uma conjectura se usam as regras para induzir uma mentira, ou que para fazer um pedido se usam as regras para fazer uma piada! Os exemplos — certamente humorísticos — poderiam multiplicar-se. Daí o facto acima referido: não se podem misturar as regras dos diferentes jogos de linguagem, sob risco de gerarem confusões e de caírem na ineficácia. Mas também é um facto: basta modificar uma ou algumas regras de um jogo de linguagem para estarmos em presença de um outro jogo. Foi assim, por exemplo, que Lewis criou um novo jogo de linguagem — o da Lógica modal —, substituindo algumas regras no sistema lógico de Bertrand Russell⁽⁵¹⁾.

Dito isto, compreende-se que as *regras* sejam o «núcleo forte» de qualquer jogo de linguagem, mas nem são omnideterminantes nem têm todas o mesmo estatuto. Não são omnideterminantes por três ordens de razões:

- a) elas, por muito que sejam imperativas, não deixam de ser diversamente interpretáveis, além de que não podem cercar a criatividade no espaço do próprio jogo de linguagem⁽⁵²⁾;

(50) *IF*, parágr. 249.

(51) Ver C. I. Lewis & C. H. Langford, *Symbolic Logic* (1932), Dover Publications, Inc., New York, 2.^a ed., 1959, nomeadamente o Cap. IV e os «Apêndices» II e III.

(52) Cf. *IF*, parágrs. 84, 85 e 87.

- b) não bastam as regras para atingir a finalidade de jogo, mormente quando com ele se trata de influenciar os homens ⁽⁵³⁾;
- c) qualquer jogo — constata Wittgenstein —, não tem apenas regras; — «tem também um espírito» ⁽⁵⁴⁾.

Por outro lado, nem todas as regras possuem efectivamente o mesmo estatuto. Umas são *essenciais* (sem elas o jogo não pode ser jogado); outras são *inessenciais* ⁽⁵⁵⁾. E enquanto algumas são de cariz *sintáctico-semântico*, outras têm um cariz *semântico-pragmático*.

A este respeito Wittgenstein distingue entre «gramática de superfície» e «gramática profunda» de qualquer jogo de linguagem ⁽⁵⁶⁾. A primeira é mais ou menos concebida ao jeito da gramática tradicional, dela fazendo parte as regras que presidem à construção manifesta das frases e proposições — dos sintagmas sonoros ou escritos. A segunda é eminentemente *pragmática*: — tem a ver com fluxos de *intencionalidade* ligados ao uso das palavras, com o modo de adequação do jogo de linguagem à estratégia visada, com os contextos e situações reais em que o jogo se joga ⁽⁵⁷⁾. Às regras, ainda que informais, da «gramática profunda», deve associar-se, se bem ajuizamos, «o espírito» de que acima se falava. Assim, e conseqüentemente: — torna-se claro que não compreenderemos um jogo de linguagem (ou melhor: os lances enunciativos efectuados nesse jogo), se não tivermos em conta todo o enredo de tal gramática ⁽⁵⁸⁾. Quem poderá dizer, por exemplo, qual o

⁽⁵³⁾ IF, parágr. 496.

⁽⁵⁴⁾ IF, parágr. 654.

⁽⁵⁵⁾ IF, parágr. 62. Tb. parágrs. 563 e 564.

⁽⁵⁶⁾ IF, parágr. 664.

⁽⁵⁷⁾ Cf. Ndumba Y'oolé L'Ifefo, «La 'grammaire' de Wittgenstein», in *Langage ordinaire...* (Ed. J.-F. Malherbe), *op. cit.*, pp. 31-41 (pp. 37-38); ver tb. Jacques Bouveresse, «Linguagem ordinária e filosofia» (1971), in *Filosofia da linguagem*, trad. Manuel Reis, Almedina, Coimbra, 1973, pp. 71-138 (pp. 133 ss.).

⁽⁵⁸⁾ «Como uma palavra se entende não o dizem as palavras sozinhas.» (*Fichas (Zettel)*, trad. Ana Berhan da Costa, Edições 70, Lx, 1989, parágr. 144). Anote-se, entretanto, que a «gramática profunda» dos jogos de linguagem nada tem a ver com os «esquemas» da *gramática transformacional* mais recente (de Chomsky, por exemplo).

sentido dos enunciados «Deus morreu» ou «O Homem morreu»? É óbvio que, em abstracto, ninguém poderá dizer qual o seu sentido. Só em concreto: — em função de estratégias e de contextos teórico-práticos muito precisos. Factores deste género, em suma, exercem também uma função «reguladora» do modo como se usam as palavras, daquilo que se enuncia, e do modo como há-de ser compreendido isso mesmo que se enuncia. São eles que consubstanciam, na sua diversidade, a *semântica pragmática* de qualquer jogo de linguagem.

Evidencia-se pois, uma vez mais, a «lógica» eminentemente pragmática dos jogos linguísticos. Mas evidencia-se também que essa «lógica» é efectivamente, em simultâneo, uma «lógica» pluralista. Isto porque, como o indiciam «motivos» já explanados, não existe nenhum «canon» absoluto de todas as regras de todos os jogos, como não existe, conseqüentemente, nenhum *meta-jogo de linguagem* que sobre os jogos efectivos possa exercer a sua legislação. O que existe, de facto, é a *pluralidade de jogos de linguagem* com as suas múltiplas funcionalidades impermutáveis — com as suas diferentes regras e as suas diferentes estratégias vitais.

Assim sendo, em face dos vários jogos, há apenas que manter uma rigorosa *atitude de tolerância*. Tal atitude, por princípio, pode exprimir-se na seguinte «máxima»: — *que cada um ou cada grupo jogue o jogo de linguagem que mais convenha aos seus próprios objectivos!* A única questão remanescente, para além de eventuais colisões «éticas» (mas sublinhe-se que os jogos revelam de uma certa «agonística») ⁽⁵⁹⁾, reside em saber construir devidamente o jogo, ou então, se ele já existe, em jogá-lo devidamente — aplicando, *não sem espírito*, as suas próprias regras. É quando estas últimas exigências não se verificam, ou quando se transgride o espírito de tolerância, que se originam confusões e pseudo-problemas. Porque uns e outros de facto ocorrem, preconizar-se-á para a Filosofia uma função muito peculiar. Mas sobre este tópico só mais adiante incidiremos. De imediato passamos à explicitação das implicações ontológicas da teoria dos jogos de linguagem.

⁽⁵⁹⁾ Tal facto é oportunamente sublinhado por Jean-François Lyotard, *A condição pós-moderna*, trad. do francês por José Bragança de Miranda, Gradiva, Lx, s/d, p. 26. Será caso para invocar, a propósito, o fenómeno da «guerra das linguagens» tão amiúde apontado e desenvolvido nas obras de R. Barthes.

III

JOGOS DE LINGUAGEM E ONTOLOGIA

É inteiramente correcto afirmar que um jogo de linguagem «é uma unidade estrutural constituída por signos linguísticos, actividades humanas e objectos»⁽⁶⁰⁾. Estes objectos, no entanto, carecem agora do estatuto que lhes era atribuído no *Tractatus*. Não são aquilo que é simples, aquilo que só pode ser «nomeado», algo fixo e pré-determinado de cujas combinatórias resultam os «factos» do mundo.

Nas *Investigações Filosóficas*, com efeito, procede-se a uma crítica acérrima do «atomismo lógico», relativizando-se o que se toma por «simples» e «complexo» a um jogo de linguagem determinado⁽⁶¹⁾. Como todas as palavras, as palavras «simples» e «complexo» — constata Wittgenstein — são por nós usadas de várias maneiras, e entre si podem relacionar-se de modos diferentes⁽⁶²⁾. Por exemplo: diremos que são «elementos simples» as partes visíveis duma cadeira, ou os átomos e moléculas que as constituem? Outro exemplo: a complexidade de um tabuleiro de xadrez resulta dos 32 quadrados brancos e dos 32 quadrados pretos, ou consiste antes «nas cores branco, preto e no esquema da rede dos quadrados?»⁽⁶³⁾. Tudo depende, de facto, do jogo de linguagem que adoptemos, da organização dos dados de experiência por este efectuado, do uso extensional e intencional que confirmamos às palavras com que se processam os lances do jogo⁽⁶⁴⁾. Os *objectos basilares* de qualquer jogo de linguagem, por conseguinte, são como que imanentes à architectónica do próprio jogo. São «constituídos» em função do seu escopo pragmático. Onde: diferentes jogos de linguagem constituirão «mundos de objectos»

⁽⁶⁰⁾ J.-F. Malherbe, «La problématique des collisions...», in *op. cit.*, p. 12.

⁽⁶¹⁾ *IF*, parágr. 47.

⁽⁶²⁾ *Id.* Nos parágrs. 67 e 68 Wittgenstein aponta várias delimitações conceptuais possíveis da palavra «número», e no parágr. 77 o mesmo sugere relativamente à palavra «bem». Mas análogo fenómeno, como se sabe, afecta todas as palavras...

⁽⁶³⁾ *IF*, parágr. 47.

⁽⁶⁴⁾ A propósito é instrutivo ver dois interessantes exemplos em *IF*, parágrs. 48 e 64.

diferenciados, materializarão distintos paradigmas de recorte da onticidade em geral (empírica e trans-empírica). Pragmatismo e pluralismo ontológicos, portanto. Estamos bem distanciados do absolutismo e do monismo do *Tractatus*...

A Ontologia implícita nas *Investigações Filosóficas*, entretanto, comporta dois aspectos complementares. Um, *estritamente transcendental* — em parte já indiciado nas observações anteriores —, respeita a modos genéricos de perspectivação linguística da realidade (num sentido análogo ao kantiano). Outro, que chamaremos «essenciante», respeita a modos mais precisos de determinação dos objectos globalmente constituídos pela primeira via ⁽⁶⁵⁾.

Começemos por explicitar o tópico *estritamente transcendental*. Já dissemos que no *Tractatus* ocorria um transcendentalismo monista (uniforme). Materializava-se ele na adopção duma forma exclusiva de Lógica que architectava toda a linguagem dotada de sentido — uma Lógica que se afirmava preceder os factos ou estados de coisas, «moldando-os» à sua medida ⁽⁶⁶⁾. Agora, segundo as *Investigações Filosóficas*, é cada jogo de linguagem, traçado por uma *Lógica Gramatical* particular, que «regula» e «constitui» o *modo de mundo* que se lhe torna correlativo. Cada jogo, assim, é uma forma singularíssima de modelo *a priori*, muito embora de cariz estritamente pragmático. Não há uma só forma geral das proposições, uma panóplia de conceitos fixos, nem um conjunto de regras omnivalentes. Pelo contrário: sabemos que cada jogo tem os seus tipos próprios de proposições (descritivas ou prescritivas, por exemplo), assim como os seus conceitos e regras peculiares. Todavia, a todos esses elementos é aplicável aquilo que o próprio Wittgenstein veio a dizer do esquema transcendental do *Tractatus*: julgando com ele seguir a natureza, seguimos apenas a «forma através da qual a vemos» ⁽⁶⁷⁾. Isto é: cada jogo de linguagem materializa *uma forma de visão a priori* do sector de

⁽⁶⁵⁾ Recorremos ao termo «essenciante», um tanto heterodoxo, na falta de outro que se nos afigure mais adequado. Como adiante se evidenciará no texto, todavia, o uso desse termo justifica-se por perspectivas e expressões aduzidas pelo próprio Wittgenstein. Por outro lado, como também se fará notar, «essenciante» está desvinculado da carga semântica classicamente atribuída à palavra «essência». Palavra que, de resto, não deixa de ter uma «história» muito sinuosa...

⁽⁶⁶⁾ TLF, 4.01; 5.52.

⁽⁶⁷⁾ IF, parágr. 114. Wittgenstein refere-se à «forma geral das proposições», mas essa forma constitui precisamente o cerne do esquema transcendental do *Tractatus*.

onticidade a que se reporta: — institui o seu *modo genético de ser*. Tem um papel análogo, para aquele que o jogue, ao de um par de óculos com certas características (de cor e graduação, por exemplo) que leva a ver as coisas de um modo que de outra forma não se veria (ou não se veriam as coisas, simplesmente) ⁽⁶⁸⁾.

Ora, assim sendo, é perfeitamente legítimo afirmar que um jogo de linguagem é uma espécie de *paradigma transcendental*. Mas uma *paradigma transcendental* efectivamente pragmático. Se ele constitui uma «técnica» de operar e agir linguisticamente, essa técnica está sempre coligada a costumes, situações, interesses e instituições humanas (sobretudo) ⁽⁶⁹⁾. O dado incontornável, de qualquer modo, é que sem essa técnica previamente existente — como a que está inscrita numa «língua», ou, analogamente, num jogo de xadrez —, não poderíamos jogar o jogo que ela mesma delimita ⁽⁷⁰⁾. Não poderíamos, por conseguinte, exercer os vários lances de uma actividade em que se processam linguisticamente, em conformidade com tal «tecnologia», os objectos a que ela respeita.

Existem pois modelos de actividades ou formas de vida que são indissociáveis de *modos apriorísticos* (e nessa medida *transcendentais*) de agir e agenciar *formas de linguagem* para concretizar os respectivos fins pragmáticos. Daí que, em última análise, são as diferentes formas de vida que implicam a existência de diferentes *paradigmas transcendentais*. Estes funcionam, precisamente, como instrumentos para realizar as correspondentes pragmáticas. É isso que Wittgenstein nos permite ilacionar quando afirma: «O que tem que ser postulado, o que é dado, (...) são as *formas de vida*.» ⁽⁷¹⁾.

⁽⁶⁸⁾ IF, parágr. 103: «O ideal está irremovivelmente preso aos nossos pensamentos. Não pode sair deles. (...) A ideia assenta sobre o nariz como um par de óculos e o que vemos, vemos através deles. Não nos ocorre tirá-los.»

⁽⁶⁹⁾ IF, parágrs. 337 e 570.

⁽⁷⁰⁾ IF, parágr. 337. Ver tb, parágrs. 570, 560, 50 e 74.

⁽⁷¹⁾ IF, II, p. 601. Jacques Bouveresse, em «Linguagem ordinária e filosofia», in *op. cit.*, p. 102, apoia-se no aforismo citado para admitir que «é em certo sentido a 'forma de vida' que desempenha o papel de *transcendental*». Mas não num sentido *quid juris* — somente *quid facti*. Isto é: «o 'o ideal' e o 'útil' estão no mesmo plano», segundo a óptica de Wittgenstein. «Os limites do *apriorismo* e do *empirismo* não consistem na descoberta de 'factos' irredutíveis do entendimento, da razão ou da experiência, mas em certas maneiras de agir, no facto de que certas perguntas não são postas, porque não lhes atribuímos sentido.» (pp. 102-103). Digamos que esta perspectiva não colide com a nossa interpretação.

Consideremos agora o aspecto «essenciante». Menos que com a configuração geral e «espírito» de um jogo de linguagem, ele estará aliado a alguns factores do que atrás se chamou «gramática de superfície»: — a certas regras lógico-gramaticais em sentido estrito que o delimitam (inclusivamente ao timbre semântico conferido às palavras nele usadas). Tal gramática não apenas nos impele a organizar os dados objectuais duma maneira *específica* — da única maneira que ela autoriza ⁽⁷²⁾ —, como sobretudo, em função das regras semânticas que convencionam (pela definição, mormente, de certas palavras fundamentais), nos diz aquilo que, para o jogo a que respeita, é este ou aquele objecto ⁽⁷³⁾. De facto, é sempre um fenómeno deste género que ocorre em qualquer jogo de linguagem: seja um jogo de física ou microfísica, de religião ou estética, de psicopatologia ou jurisprudência. De modo que, afirma Wittgenstein com a sua habitual singeleza: «Que espécie de objecto uma coisa é, di-lo a gramática (a Teologia como Gramática).» ⁽⁷⁴⁾. E ainda: «A essência manifesta-se na Gramática.» ⁽⁷⁵⁾. Isto sem que seja possível, em rigor, exhibir a realidade que cauciona o recurso a tal ou tal Gramática. Sem que seja

⁽⁷²⁾ *IF*, parágr. 520: «depende inteiramente da nossa Gramática a que é que se chama (logicamente) possível e a que é que não se chama, isto é, o que e que ela autoriza». Embora a frase esteja colocada em forma interrogativa (no parágr. indicado), o seu sentido é afirmativo.

⁽⁷³⁾ É este o papel das chamadas «proposições gramaticais». Por exemplo: «as sensações são privadas»; «paciências com cartas joga-se sozinho»; «qualquer barra tem um comprimento»; «este corpo tem uma extensão» (cf. *IF*, parágrs. 248, 251 e 252). Como sublinha J. - F. Malherbe, «La problématique des collisions...», in *op. cit.*, p. 17, proposições desse género exprimem simultaneamente uma ou algumas «regras da linguagem e certa(s) característica(s) do objecto» a que se referem. Sobre o assunto, e no mesmo sentido, ver tb. Jacques Bouveresse, *Wittgenstein: La rime et la raison*, *op. cit.*, pp. 67-68. No parágr. 251 das *IF*, Wittgenstein vinca que as «proposições gramaticais» se distinguem das «proposições empíricas», sendo apenas nessa medida que elas implicam que, no quadro do jogo de linguagem que elas «regulam», não se consegue «conceber o contrário» do que elas afirmam.

⁽⁷⁴⁾ *IF*, parágr. 373. Num sentido próximo, diz-se no parágr. 50: «O que parece *ter* de existir, pertence à linguagem.»

⁽⁷⁵⁾ *IF*, parágr. 371.

possível justificar, de qualquer modo «fundamental», aquilo mesmo que as regras da Gramática dizem ser e como ser ⁽⁷⁶⁾.

Não ficarão entretanto suficientemente compreendidos aqueles dois enunciados de Wittgenstein, se não os interpretarmos num sentido próximo daquele em que, no *Tractatus*, se afirmava que a essência da proposição nos fornece «a essência do Mundo». A única diferença é que agora não se admite haver uma essência das proposições em geral, mas antes vários tipos irreduzíveis de proposições. Logo: existem várias Gramáticas e as correlativas «essências» de «mundos». Sinaliza-se assim, uma vez mais, o pragmatismo e o pluralismo dos objectos associados aos diversos jogos de linguagem.

Dito isto, um «distinguo» importante deve ser efectuado. Se se fala na essência de objectos correlativos duma Gramática particular, deve entender-se essa essência num sentido que só pode ser ele mesmo pragmático. Isto é: a Gramática diz que espécie de objecto uma coisa é, mas o objecto assim delimitado identifica-se com os *usos pertinentes* que dele são ou podem ser feitos (em função da estratégia vital do respectivo jogo de linguagem). A essência de que se fala, em suma, é uma *essência de usos* e não de *quiddidades* ⁽⁷⁷⁾. A Gramática de um jogo de linguagem, enfim, indica-nos as propriedades funcionais que é impensável não terem os objectos recobertos por esse jogo ⁽⁷⁸⁾. É isso o que se implica,

⁽⁷⁶⁾ É essa ilação que se pode extrair das *IF*, parágr. 374, a qual é corroborada por Jacques Bouveresse em «Linguagem ordinária e filosofia», in *op. cit.*, p. 97. Por outro lado, em *De la certitude*, ed. cit., parágrs. 105-110, e 130-131 (tb. 205), Wittgenstein explicita bem o ponto de vista apresentado no texto. A este respeito, existe uma notória semelhança entre a noção de «jogo de linguagem» e a noção carnapiana de «paradigma linguístico». Cf. R. Carnap, «Empiricism, Semantics, and Ontology» (*Revue Inter. de Phil.*, 4, 1950), in Carnap, *Meaning and Necessity* (1947; desde a 2.ª ed.: 1956), The University of Chicago Press, Chicago & London / The University of Toronto Press, Toronto-Canadá, Phoenix Edition, 5.ª ed., 1967, pp. 205-221. Sobre o ensaio de Carnap, e para se avaliar acerca da semelhança referida, pode consultar-se o nosso artigo «As questões externas/internas segundo Carnap» (1988), *Revista da Faculdade de Letras*, Série de Filosofia, Universidade do Porto, 5-6, Segunda Série, 1988-1989, pp. 41-78.

⁽⁷⁷⁾ Não será descabido, quanto a este ponto, estabelecer uma proximidade entre Wittgenstein e Heidegger. Também este, em *Sein und Zeit* (1927), concebia os objectos como «utensílios» a usar em função desta ou daquela estratégia existencial.

⁽⁷⁸⁾ Cf. J.-F. Malherbe, «La problématique des collisions...», in *op. cit.*, p. 17.

por exemplo, nos axiomas de qualquer sistema formal, ou nos pressupostos e definições basilares de qualquer tipo de discurso (seja ele «vulgar» ou científico).

São estes os vectores mais notórios da Ontologia implicada nas *Investigações Filosóficas*. Que o sentido «estritamente transcendental» e o sentido «essenciante» dessa Ontologia se entrelaçam intimamente, é um facto que não podemos iludir. Pode parecer, inclusive, que não é pertinente distingui-los. Apesar de tudo, cremos que é. Diremos que, em sentido «estritamente transcendental», a Ontologia inscrita num jogo de linguagem tem um escopo genericamente constitutivo dos respectivos objectos, sendo apenas configuracionalmente determinativa. Em sentido «essenciante» terá um alcance individualmente constitutivo e diferenciador dos objectos, sendo assim mais particularmente determinativa. Por outras palavras: a uma *forma genérica de visão*, «recorte» ou «composição» dos objectos do mundo, associa-se uma *forma precisa de os individualizar e determinar discursivamente* ⁽⁷⁹⁾. Seja como for, nunca é demais salientar: tudo isto num *quadro geral eminentemente fenoménico*. Ou melhor: em plurais quadros fenoménicos (cada um aliado a um singular pragmatismo).

IV

JOGOS DE LINGUAGEM E FILOSOFIA

Em acordo com o *Tractatus*, a Filosofia não podia materializar-se numa teoria ou doutrina, restando-lhe ser actividade crítica da linguagem. O seu fito seria esclarecer o pensamento, dissolver

(79) Poderá manter-se que os dois vectores indicados são *transcendentais* em sentido kantiano. O primeiro corresponderá, de certa maneira, à função das categorias e princípios *matemáticos*, e o segundo à função das categorias e princípios *dinâmicos*. Cf., a propósito, Kant, *Crítica da razão pura* (1781/7), trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, F. C. Gulbenkian, Lx, 1985, pp. 196-197 e pp. 546-547. Não seria fácil nem linear, todavia, precisar a correspondência sugerida (com os indispensáveis «distinguo»...), e por isso optámos pela terminologia e perspectiva que constam no texto. Dito isto, torna-se claro que a nossa interpretação é *conjectural* (a escrita fragmentária e elíptica de Wittgenstein o implica). Permanece aberta, enfim, a ulteriores ajustamentos ou desenvolvimentos.

confusões e falsas querelas com origem no uso da linguagem vulgar (ou na transgressão das regras da linguagem ideal nessa obra proposta). Com as *Investigações Filosóficas*, algo desta perspectiva permanece. A Filosofia também não consistirá agora numa teoria ou doutrina reguladora dos discursos em geral, nem em doutrinas específicas, de cunho absolutista, incidentes sobre esta ou aquela temática (ética ou estética, por exemplo) ⁽⁸⁰⁾. A Filosofia não pode fundamentar os jogos de linguagem, e muito menos insurgir-se contra o «uso real da linguagem» que neles é feito ⁽⁸¹⁾. Só pode consistir ainda numa actividade, mas não numa actividade propriamente crítica. Antes numa actividade de função exclusivamente *terapêutica* ⁽⁸²⁾. Visará evitar confusionismos e perplexidades com origem no interior dos jogos de linguagem — ou entre eles —, introduzindo *clareza* lá onde existe obscuridade, ou iluminando o ponto em que as regras que deveriam servir a um suposto objectivo, realmente não o servem ⁽⁸³⁾. Visará, mais genericamente, remediar as várias *patologias* que se manifestam no domínio heterogéneo das linguagens.

Constata-se que existem tais patologias ⁽⁸⁴⁾, mais se constataando que elas derivam de *abusos* ou *maus usos* respeitantes aos elementos da linguagem em geral. Agrupar-se-ão esses «motivos» da *doença* em três grandes classes:

1. Os que consistem em usar ou inteligir as palavras em sentido absolutista, encarando-se assim a linguagem como «coisa morta», e instituindo-se o monismo como dogma por excelência ⁽⁸⁵⁾. Quanto a este erro, os filósofos são particularmente visados por Wittgenstein. Diz-nos ele: «Quando os filósofos usam uma palavra — 'saber', 'ser', 'objecto', 'eu', 'proposição', 'nome' — e procuram captar a *essência* da coisa, devemo-nos sempre perguntar: na linguagem onde vive, esta palavra é de facto sempre assim usada?» ⁽⁸⁶⁾. As «semânticas absolutistas», no entanto, não são de exclusiva pertença dos filósofos...

⁽⁸⁰⁾ Sobre a Ética e Estética, cf. *IF*, parágr. 77.

⁽⁸¹⁾ *IF*, parágr. 124.

⁽⁸²⁾ *IF*, parágr. 133.

⁽⁸³⁾ *IF*, parágr. 125.

⁽⁸⁴⁾ *IF*, parágr. 255.

⁽⁸⁵⁾ *IF*, parágr. 132.

⁽⁸⁶⁾ *IF*, parágr. 116.

2. Há também patologias que derivam do não respeito pelas regras dos diferentes jogos de linguagem e dos intuitos estratégicos destes. Neste quadro ocorrem alguns abusos prototípicos. Ou se fazem colidir uns com os outros os diversos jogos, curto-circuitando as suas «ontologias» (87). Ou se usam para uns regras que só de outros são próprias. Ou se inserem frases e proposições em jogos em que elas não se aplicam (88). Ou então, talvez mais vulgarmente, vai-se atrás de «certas analogias entre formas de expressão» que pertencem a «domínios diferentes» da linguagem (89).

3. Uma outra classe dos «motivos» patológicos consiste em fenómenos que relevam de uma certa «clausura» linguística. Ou porque nos centramos exclusivamente no jogo de linguagem que adoptamos e dimensionamos todos os demais em função dele. Ou porque, por hábito e insuperável limitação, «alimentamos» o nosso intelecto com um número reduzido de «exemplos» linguísticos (90). Ou então porque, quando construímos um jogo, ficamos «como que presos nas nossas próprias regras». Verificamos que, depois de estipularmos a «técnica» e as «regras» para esse jogo, «as coisas não se passam como tínhamos suposto» (91). Deste último fenómeno, em particular, derivarão os problemas que Wittgenstein reconhece como «filosóficos». Têm todos a seguinte forma: «Não me sei orientar» (92).

Sendo estes os «motivos» mais notórios das *patologias* da linguagem, é lícito concluir que a acção *terapêutica* da Filosofia só se poderá exercer sob três condições basilares:

1.^a Respeitando-se o pluralismo e a pragmática dos diferentes jogos de linguagem.

(87) Cf. J.-F. Malherbe, «La problématique des collisions...», in *op. cit.*, p. 18.

(88) *IF*, parágr. 195.

(89) *IF*, parágr. 90.

(90) *IF*, parágr. 593: «Uma causa principal de doença em Filosofia é uma dieta unilateral: — uma pessoa alimenta o seu pensamento apenas com um género de exemplo.»

(91) *IF*, parágr. 125.

(92) *IF*, parágr. 123.

2.^a Tendo uma «visão panorâmica» das regras dos diversos jogos, ou dos múltiplos usos efectivos das palavras ⁽⁹³⁾.

3.^a Examinando as regras dos jogos de linguagem que não funcionam em acordo com o objectivo visado, seja para as comparar e concluir que algumas colidem entre si, seja para substituir esta ou aquela que se detectou ser viciosa, seja para constatar que o ponto problemático reside apenas na incorrecta interpretação das referidas regras ⁽⁹⁴⁾.

Se estas são as condições basilares do exercício da terapêutica filosófica, é porque só elas permitem atalhar os *abusos* e *maus usos* que originam a *patologia* das linguagens. Só elas permitem detectar, inclusivamente, os sintomas mais visíveis da referida patologia. Tais sintomas, em geral, reduzem-se ao *confusionismo* e ao *enfeitiçamento* do nosso intelecto, à *desorientação* e à *clausura* em que nos vemos enredados (ou em que nos enredam, mesmo sem darmos conta).

De facto, quando não se consideram os diversos jogos de linguagem na sua especificidade; quando não se toma consciência de que neles as palavras têm usos e funções muito particulares; quando não se respeita a pragmática de cada jogo; — somos inevitavelmente embriagados pelo mito da linguagem em geral, dos objectos em geral, das teorias infalíveis ou omnívalidas. Somos entontecidos pelo aroma inebriante das nossas doutrinas próprias, logocêntricas e familiares. Ficamos como que enfeitiçados de um auto-contentamento que repousa em exclusivo dogmatismo; — em posturas unilaterais. Por outro lado, quando se curto-circuitam os diferentes jogos e as suas regras, quando não inserimos frases e proposições na sua «topologia» linguística própria, ficamos naturalmente *confusos* e perplexos, não compreendemos o que aí se exprime nem o podemos dar a compreender. Haurimos e reforçamos o *confusionismo* que realmente percorre, segundo graus

⁽⁹³⁾ IF, parágrs. 122, 125 e 130. A «visão panorâmica», inclusive, permitirá a *comparação* entre diferentes jogos, e esta, eventualmente, acarretará efeitos clarificadores. Diz-se, a propósito, no parágr. 130: «Os jogos de linguagem são (...) *objectos de comparação*, que por semelhança e dissemelhança irão esclarecer os factos da nossa linguagem.»

⁽⁹⁴⁾ IF, parágr. 85: porque as regras nem sempre são «unívocas», precisam de facto, muitas vezes, de ser interpretadas.

todavia diversos, as várias quadriculas da linguagem. Daí que Wittgenstein mantenha que a solução dos problemas filosóficos só pode residir «no conhecimento do modo como a nossa linguagem funciona», e no reconhecimento desse modo de funcionamento (ou modos, para sermos mais precisos). E logo adianta, consequentemente: «A Filosofia é um combate contra o embruxamento do intelecto pelos meios da nossa linguagem.»⁽⁹⁵⁾. Ela deve, de facto, consistir numa tarefa *clarificadora*⁽⁹⁶⁾.

Mas existem também os sintomas da *desorientação* e da *clausura* — como acima se notou e cuja gênese já se explicou. Daí que Wittgenstein recorra a uma interessante metáfora para vincar a função «libertadora» da Filosofia: «Qual é a tua meta na Filosofia?» — pergunta. E logo responde: «Mostrar à mosca o caminho para sair do caça-moscas.»⁽⁹⁷⁾.

A Filosofia, enfim, ao ser uma actividade terapêutica, exerce uma função *clarificadora* que é simultaneamente uma função *libertadora*. Para tal pode recorrer a diferentes *métodos* — há diferentes métodos como há diferentes *terapias*⁽⁹⁸⁾. Todos esses métodos, entretanto, visam efectivamente intrrometer clareza onde reinam confusões e enfeitiçamentos linguísticos, esboçar linhas de saída lá onde impera a desorientação e a clausura. Visam, em suma,

(95) IF, parágr. 109.

(96) O pressuposto da *tarefa clarificadora* — nunca é demais sublinhá-lo —, é que as «confusões» surgem sobretudo quando «a linguagem está como que em ponto morto, não quando funciona.» (IF, parágr. 132). Por isso tal tarefa consistirá basilarmente em constatar *distinções* entre funcionamentos efectivos de linguagens (*ibid.*). Assim, não é «a ordem» da linguagem que se visa instaurar (como no *Tractatus...*), mas «uma ordem para um certo fim» (e entre outras possíveis) — *ibid.* Apesar disso, a clareza a que se aspira não deixará de ser «uma clareza *perfeita*» (parágr. 133). Não porque seja correlativa de qualquer «organon» de regras universais, mas justamente por ser a clareza adequada a esta ou àquela finalidade (a este ou àquele fim, neste ou naquele jogo de linguagem).

(97) IF, parágr. 309. A propósito do sintoma da clausura, é de notar que pelo menos em dois passos Wittgenstein alia a linguagem à fenomenologia do *labirinto*. Um é no parágr. 18, quando a compara a uma cidade de configuração heterogénea: «um labirinto de travessas e largos...». Por outro lado, diz-se no parágr. 203: «A linguagem é um labirinto de caminhos. Vindo de *um* lado, conheces o caminho, vindo de outro lado, mas para o mesmo ponto, já não conheces o caminho.».

(98) IF, parágr. 133.

diluir os dogmatismos, as visões unilaterais do funcionamento da linguagem, salvaguardar os regimes próprios dos vários jogos de linguagem, impedir que indevidamente se ultrapassem as fronteiras de cada jogo, detectar a origem do eventual não funcionamento das regras de um jogo. Ora, se assim é, podemos perfeitamente concluir que a função clarificadora e libertadora da Filosofia, em acordo com o «segundo» Wittgenstein, deve basear-se sobretudo no seguinte: — no respeito e salvaguarda do pluralismo e pragmatismo dos diferentes jogos de linguagem.

Assumir isto, certamente, não deixa de consistir em adoptar *um* particular jogo de linguagem para a Filosofia. Não se enreda assim a Filosofia num jogo de linguagem de certo modo absolutista (muito embora a contra-gosto do próprio Wittgenstein)? A questão fica em aberto. Merece ser discutida. De qualquer modo, foi assim (aproximadamente...) que o nosso filósofo usou a palavra «Filosofia» no seu próprio jogo de linguagem filosófico. Porque a verdade é esta: as *Investigações Filosóficas*, em última análise, consubstanciam *um* jogo de linguagem entre outros existentes ou possíveis.

Não poderia deixar de ser assim.

Por isso, e para saúde das nossas mentes, podemos aceitar ou rejeitar alguns dos seus principais enunciados. Por muito que os respeitemos. Por muito que, na sua generalidade, valorizemos o «jogo de linguagem» em que eles se inserem.

Adélio Melo

Porto, 6.5.1991.